

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.836 - PR (2018/0311278-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : JOSE CIVIDANES
ADVOGADOS : GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI E OUTRO(S) -
PR017507
ALLAN DIEGO PILONETTO - PR070606

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra decisão proferida pelo Presidente do TRF-4ª Região que inadmitiu seu recurso especial ante os óbices das Súmulas 7 e 83, ambas do STJ.

Em suas razões de agravo em recurso especial, sustenta o agravante que não é necessário o reexame do conjunto probatório dos autos para a análise do pedido recursal, assim como que o recurso especial não se baseou em divergência jurisprudencial, mas apenas na contrariedade à lei federal, de modo que não incide no caso a Súmula 83/STJ.

Em contrarrazões ao agravo em recurso especial, sustenta-se a manutenção da decisão de inadmissibilidade do recurso especial.

O recurso especial que se pretende o seguimento impugna acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REMESSA NECESSÁRIA. VALOR MUITO AQUÉM DO LIMITE LEGAL. TRABALHADOR RURAL. REQUISITOS LEGAIS. COMPROVAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TUTELA ESPECÍFICA.

1. A despeito da orientação firmada sob a égide do antigo Código de Processo Civil, de submeter ao reexame necessário as sentenças ilíquidas, é pouco provável que a condenação nas lides previdenciárias, na quase totalidade dos feitos, ultrapassem o valor limite de mil salários mínimos. E isso fica evidente especialmente nas hipóteses em que possível mensurar o proveito econômico por mero cálculo aritmético. remessa necessária não conhecida.

2. Procede o pedido de aposentadoria rural por idade quando atendidos os requisitos previstos nos artigos 11, VII, 48, § 1º, e 142, da Lei nº 8.213/1991.

3. Comprovado o implemento da idade mínima (60 anos para homens e 55 anos para mulheres), e o exercício de atividade rural por tempo igual ao número de meses correspondentes à carência exigida, ainda que a comprovação seja feita de forma descontínua, é devido o benefício de aposentadoria rural por idade à parte autora.

4. Consectários legais fixados nos termos do decidido pelo STF, no julgamento do RE 870.947, em sede de repercussão geral (Tema 810) e STJ

(Tema 905).

5. Honorários advocatícios majorados, considerando as variáveis dos incisos I a IV do § 2º do artigo 85 do CPC.

6. Reconhecido o direito da parte, impõe-se a determinação para a imediata implantação do benefício, nos termos do art. 497 do CPC.

Em suas razões de recurso especial, aduz o recorrente, ora agravante, que o Tribunal *a quo* violou os artigos 11, VII, § 1º e § 9º, e 143, da Lei 8.213/1991, argumentando que o exercício de atividade urbana fez o autor perder a qualidade de segurado especial.

Em contrarrazões ao recurso especial, sustenta-se a manutenção do acórdão recorrido.

Noticiam os autos que José Cividanes ajuizou ação em face do INSS, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural.

A sentença julgou o pedido procedente.

A Autarquia previdenciária, ora agravante, apelou, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento ao recurso, nos termos da ementa supratranscrita.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O agravante impugnou a fundamentação contida na decisão agravada e, mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A questão recursal gira em torno do reconhecimento do direito à aposentadoria por idade rural.

A jurisprudência do STJ se mostra firme no sentido de que a Lei 8.213/1991, ao regulamentar o disposto no inciso I do artigo 202 da redação original da Constituição Federal, assegurou ao trabalhador rural denominado segurado especial o direito à aposentadoria, quando atingida a idade de 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher, nos termos do artigo 48, § 1º.

Os rurícolas em atividade por ocasião da Lei de Benefícios, em 24 de julho de 1991, foram dispensados do recolhimento das contribuições relativas ao exercício do trabalho no campo, substituindo a carência pela comprovação do efetivo desempenho do labor agrícola, conforme artigo 26, I e artigo 39, I.

No caso do autos, o Tribunal de origem concluiu que é possível o cômputo de períodos de labor rural intercalados para fins de concessão de aposentadoria por idade rural, desde que demonstrada a condição de segurado especial no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou implemento do requisito etário.

Acrescente-se que o Tribunal *a quo* asseverou que há início razoável de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal, apresentando conjunto probatório harmônico acerca do efetivo exercício de atividade rural pela parte recorrida, de modo que, ainda que haja certa descontinuidade na atividade rural, esta ficou devidamente comprovada.

Nesse contexto, os argumentos utilizados para fundamentar a pretensão trazida no recurso especial somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame

de matéria fática, o que é vedado ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL.
APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. DESCONTINUIDADE.
POSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA
DA SÚMULA 7/STJ.

1. Trata-se de inconformismo da Autarquia recorrente no tocante à concessão de aposentadoria por idade rural à parte autora, nada obstante o exercício de atividade urbana no período de carência.

2. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido.

3. Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ, que assim estabelece: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Recurso Especial não conhecido.

(RESP 1.655.045/RS, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 18/4/2017)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III, do CPC/2015 c/c o artigo 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Quanto ao ônus da sucumbência recursal, em observância ao artigo 85 do CPC/2015 c/c Enunciado Administrativo 7/STJ, fixo os honorários de advogado no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Observada a gratuidade da Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator